
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. COMBATE À POBREZA
2. AÇÃO PELA MULHER VISANDO UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
3. INFÂNCIA E JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
4. EDUCAÇÃO FORMAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
5. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL
6. CULTURA E MEIO-AMBIENTE
7. PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DA SAÚDE HUMANA

O mundo apresenta hoje profundos contrastes econômicos e sociais: mais de 1 bilhão de pessoas vivem na pobreza, ganhando menos de US\$ 370 por ano, excluídas dos benefícios conquistados com os avanços sociais, políticos e tecnológicos da modernidade (BANCO MUNDIAL, 1990). A situação tem ainda maior gravidade quando se sabe que ao final dos anos 80 e início da década de 90, houve aumento da pobreza. Na América Latina, 45,8% da população, em 1990, era constituída por pobres e indigentes, 2,5 pontos percentuais acima do ano de 1980.

O Brasil, nos anos 80, foi um dos principais responsáveis pelo aumento da pobreza no sub-continente inteiro. A população de pobres no Brasil era de 68.818 milhões em 1990; desses, 45,8% viviam em áreas urbanas.¹

A pobreza, o índice populacional e o meio ambiente apresentam uma estreita correlação. Os padrões de desenvolvimento adotados fazem com que a maioria dos pobres vivam em áreas onde as condições ambientais encontram-se deterioradas. A degradação ambiental e a pobreza reforçam-se mutuamente.

Pobreza não significa apenas ausência ou precariedade de rendimentos, mas também falta de acesso a bens e serviços públicos. O déficit público crônico, o comportamento setorial, fragmentado, paralelo e superposto das políticas públicas, têm causado deterioração na oferta de serviços à população brasileira.

A melhoria das condições de vida da população empobrecida não visa apenas aumentar a quantidade de renda disponível, mas oferecer as condições para a cidadania plena.

Há um consenso geral de que a consolidação da cidadania só ocorre se houver acesso efetivo à emprego, educação, cultura e aos serviços sociais de maneira geral.

No Município de São Paulo, dos 9.646.185 habitantes, 2.542.720 (26,35%) pertencem a famílias cuja renda varia entre 0 e 4 salários mínimos (FABES, 1995).

Essa população encontra-se em sua maioria na periferia da cidade onde os recursos de infra-estrutura urbana e sociais são escassos, sendo que aproximadamente 1,9 milhões de pessoas moram em favelas (SEHAB/FIPE/SEMPA, 1993) e 355 mil domicílios tem acesso precário à rede de esgotos (RAIO X, 1995).

A segregação social na cidade de São Paulo se expressa com eloqüência quando se constata, por exemplo, uma taxa média de 9% de chefes de família analfabetos (241.796 habitantes), sendo que no Jardim Paulista (na região central) ela é de 1,2 % e em Marsilac (no extremo sul da cidade) 25,4% (RAIO X, 1995).

Um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento social, a taxa de mortalidade infantil, observada em série histórica na cidade de São Paulo, apresenta tendência decrescente. Partindo de 34,77 óbitos para cada 1000 nascidos vivos em 1988, chega a 23,39 em 1994, índice ainda bastante alto, se comparado aos dos países desenvolvidos (DOSSIÊ SÃO PAULO, 1996). Sabe-se, no entanto, que essa taxa, observada de forma desagregada revela com

¹ ONU. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, em artigo publicado no jornal **O ESTADO DE SÃO PAULO**, 25/05/93.

contundência as disparidades sociais: em 1986, segundo a Fundação SEADE, a taxa de mortalidade infantil média da cidade era de 36,2 óbitos por 1000 nascidos vivos, sendo de 8,1 no Distrito do Belenzinho e 75,9 no Distrito do Itaim Paulista, ambos localizados na região leste da cidade.

Outro consenso que se configura quanto ao panorama do desenvolvimento social da cidade é o da necessidade do resgate social, através de ações concretas e pesados investimentos, se quisermos atingir o equilíbrio entre prosperidade econômica, justiça social e preservação do meio ambiente.

Uma série de indicadores de qualidade de vida poderiam ser arrolados para justificar a premência da questão social. Não é, porém, nosso objetivo aqui realizar um diagnóstico minucioso e sim apresentar um leque de opções com prioridades de solução, que tenha como diretriz básica a ação combinada e integrada, a médio e longo prazo, dos agentes públicos, de diferentes setores e esferas de governo em conjunto com um amplo espectro social na direção do desenvolvimento sustentável.

A escolha dos melhores caminhos, o aperfeiçoamento e a efetividade dos mesmos só se concretizarão se observadas as premissas mais amplas da Agenda 21, mais especificamente aquelas que recomendam o envolvimento do amplo espectro dos setores sociais e seu engajamento na difícil tarefa de, se não for possível erradicar, pelo menos diminuir o abismo social presente nesta metrópole.

1.COMBATE À POBREZA

Na introdução ao capítulo do Desenvolvimento Social, fica claro que existe uma estreita relação entre degradação ambiental e pobreza e, mais, que a pobreza não é somente a ausência ou precariedade de rendimentos, mas também a falta de acesso a bens e serviços públicos. No texto “O Urbano no Século XXI”, são arrolados os principais problemas sócio-econômicos que a cidade de São Paulo enfrenta na era da globalização e são desenhados os cenários possíveis para o próximo século. Se o futuro aponta para uma gama de novos problemas, corremos o risco de, por omissão, perpetuar problemas que nada têm de novo, como é o caso da pobreza. Resultado dos padrões de desenvolvimento historicamente adotados, a pobreza da maioria da população está refletida de maneira dramática no cotidiano da cidade de São Paulo.

Como é colocado no capítulo 3 da Agenda 21 Global, a pobreza é um problema complexo e multidimensional, sendo impossível obter uma solução uniforme e universal.

“A erradicação da pobreza e da fome, maior equidade na distribuição da renda e desenvolvimento de recursos humanos, são desafios que continuam sendo consideráveis em toda parte. O combate à pobreza é uma responsabilidade conjunta de todos os países” (Agenda 21 Global).

O desenvolvimento sustentável pressupõe como requisito básico uma estratégia voltada especificamente para o combate à pobreza.

“A fim de que uma estratégia possa fazer frente simultaneamente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas, o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais, e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação associado a um aperfeiçoamento de sua gestão” (Agenda 21 Global).

Objetivos

1. Desenvolvimento, para todas as áreas atingidas pela pobreza, de estratégias e programas setoriais integrados, através da mobilização de recursos para a erradicação e mitigação da pobreza com geração de empregos e rendimentos.
2. Implementação de políticas e estratégias que promovam níveis adequados de financiamento, centrados em políticas integradas de desenvolvimento humano.
3. Adoção de medidas destinadas a abranger diversos setores, especialmente nas áreas do ensino básico e no fortalecimento dos serviços preventivos e curativos na área de saúde, bem como no atendimento seguro e eficaz da saúde reprodutiva, centrado na mulher.
4. Implementação de mecanismos de participação popular, particularmente de pessoas pobres, especialmente de mulheres; nos grupos comunitários locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.
5. Garantia de acesso aos serviços de abastecimento de água potável e saneamento para toda a população.
6. Garantia de acesso e equidade na distribuição de bens e serviços públicos.

Ações Propostas

O governo local, com o auxílio e a cooperação das organizações não governamentais e comunitárias, deve estabelecer novos mecanismos de participação popular e fortalecer os já existentes, a fim de possibilitar o acesso permanente da comunidade aos recursos necessários para que os pobres superem sua pobreza. Deve implementar políticas e estratégias setoriais, integradas a um planejamento de desenvolvimento social baseado na equidade e acesso a bens e serviços públicos.

Para tanto, todas as ações propostas neste bloco denominado “Desenvolvimento Social” têm como objetivo básico o combate à pobreza e a construção de uma gestão pautada pela justiça social.

2. AÇÃO PELA MULHER VISANDO O

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Longe de ser um fenômeno superado, os movimentos feministas continuaram atuantes, no Brasil e no mundo, na década de 90, expressando, com abrangência e pluralidade, os anseios e expectativas das mulheres de variados setores sociais.

As práticas e discursos desses movimentos adotam a perspectiva teórica segundo a qual “as relações de gênero são construções sociais e históricas e nada têm a ver com um destino biologicamente dado, e estruturam a realidade social em seus variados aspectos”.

Procuram desconstruir as representações entre o masculino e o feminino que em todos os espaços sociais se estruturam como desiguais, hierárquicas e subordinadas.

Ao se propor uma Agenda 21 para o Município de São Paulo, é de fundamental importância criticar o androcentrismo presente em grande parte das análises ambientais. O androcentrismo, enfoque sobre um tema a partir unicamente da perspectiva masculina e posterior utilização dos resultados como válidos para a generalidade dos indivíduos homens e mulheres; está ainda fortemente presente nas concepções e críticas do desenvolvimento moderno ocidental.

Só é possível pensar o meio ambiente e o desenvolvimento como um projeto humano que não seja nem justaposição, nem complementariedade, tampouco a substituição de perspectivas masculinas e femininas. Indo mais além, deve ser norteado por um conceito de biodiversidade que abarque a diversidade étnica, racial, cultural e de opções sexuais.

Bases para a Ação

A opressão exercida sobre as mulheres sustentou uma rígida divisão sexual do trabalho e de papéis sociais, determinando aos homens o mundo público, da ação e do poder, e às mulheres o mundo privado, do trabalho doméstico, da subserviência e do isolamento. Esta condição tem sido rompida ao longo do tempo.

Nos últimos 10 anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho, formal e informal, cresceu de 38,8% para 42,2% do total de trabalhadores no Município de São Paulo (SEADE/DIEESE, 1995).

No entanto, às mulheres não tem sido oferecido oportunidades de profissionalização e acesso ao mercado de trabalho nas mesmas condições que os homens. A desvalorização das atividades que realizam no domínio privado ocorre também na esfera pública.

“Durante muito tempo, a forma desigual com que homens e mulheres usavam o espaço urbano não foi percebida como uma questão importante”. O que importava, antes de tudo, eram as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, políticas e culturais.

Mas aos poucos essa situação vem se modificando com a introdução da variável “sexo”, permitindo uma análise do lugar que homens e mulheres ocupam no espaço urbano, mostrando como e porque cada um vive o cotidiano da cidade com lógicas espaciais e temporais de organizações diferentes.

Em média, 21% dos domicílios da cidade são chefiados por mulheres, sendo que, nas áreas centrais, este percentual é quase sempre superior a 30%. Se, por um lado, estes dados podem significar avanço nas conquistas das mulheres, por outro, é um acréscimo aos pesados encargos femininos, visto que, na maioria, essas chefes de domicílio são separadas ou mães solteiras que assumem sozinhas a criação dos filhos, as tarefas domésticas, etc...

Além disso, nos grandes centros urbanos, as mulheres mantêm vínculos com a natureza na manutenção da saúde, no preparo de alimentos, no cultivo da terra, como agricultoras invisíveis quando cuidam dos jardins, hortas e plantas ornamentais.

O número insuficiente de equipamentos públicos que permitam a liberação para o trabalho; a ausência de programas específicos voltados para a saúde e bem estar físico e emocional, são fatores que tendem a agravar as condições de vida das mulheres principalmente daquelas camadas que mais necessitam dos serviços públicos.

A tendência histórica e cultural de nossa sociedade tem sido a de desrespeitar os direitos das mulheres, muitos deles garantidos por lei mas não na prática. Frente a esta questão e às várias formas de discriminação e violência baseadas no sexo, as mulheres têm estado presente nos momentos-chaves dos chamados processos de consolidação urbana: na luta pela moradia, pelos serviços básicos essenciais, pelos equipamentos sociais, pela melhoria do meio ambiente. Organizadas, reivindicam-se autoras e produtoras do seu entorno físico, social e ambiental. Trazem à ordem do dia, a importância de políticas públicas que incorporem suas necessidades cotidianas e sua participação na tomada de decisões, tanto sobre construção democrática do bairro como da cidade. Com isso, democratizam não só a sua própria vida como também a vida urbana.

Objetivos

1. Estabelecimento de programas específicos, combinando as áreas de saúde, esportes, educação, abastecimento, cultura e bem estar social, visando a melhoria da qualidade de vida das mulheres e suas famílias.
2. Garantia aos grupos de mulheres de espaços de convivência, onde possam discutir temas de interesse e desenvolver atividades de organização e conscientização.
3. Desenvolvimento de projetos e atividades que propiciem as condições reais de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida.
4. Estabelecimento de políticas municipais de gênero em todos os setores da administração que combatam a discriminação da mulher e objetivem a melhoria da qualidade de vida da população feminina.

5. Garantia de representação das mulheres através de suas diversas associações nos programas sociais do Município.

Ações Propostas

1. Articular os órgãos públicos e privados e as organizações representativas das comunidades locais, buscando identificar as necessidades e aspirações populares e oferecendo soluções para o atendimento integrado e participativo dos grupos de mulheres.
2. Definir adequadamente as dotações orçamentárias dos departamentos e secretarias envolvidas.
3. Capacitar os profissionais dos quadros técnicos para atendimento da demanda feminina nas atividades específicas, por meio de reciclagens, cursos, entre outros.
4. Adequar os horários de atendimento para mães e crianças nos diversos equipamentos públicos.
5. Desenvolver política pública que garanta um planejamento familiar que se baseie na liberdade de escolha da mulher e no respeito à escolha do tamanho de sua família, seja oferecendo assistência antes, durante e após o parto, maternidades, escolas, centros pediátricos para assistência ao bebê, métodos fertilizadores a preço baixo, entre outros; como também oferecendo o acesso à informação e um amplo leque de métodos anticoncepcionais seguros.
6. Estabelecer políticas voltadas especificamente para as mulheres, sobretudo as mulheres chefes de família.
7. Criar políticas de financiamento específico, voltados para a mulher pobre, prevendo que as mulheres estão nas mais baixas faixas de renda.
8. Incentivar cooperativas habitacionais que tenham como prioridade as mulheres pobres.
9. Garantir representação de mulheres, através de suas associações, nos órgãos que lidam com a questão dentro da Prefeitura.
10. Garantir programas de auto construção e mutirão, com preparação técnica das mulheres.
11. Estimular a iniciativa privada a produzir habitação para a população de baixa renda.
12. Garantir alta punição fiscal para os terrenos baldios abandonados, local preferido para agressão às mulheres.
13. Dinamizar a vida nos bairros (moradia, lazer, cultura, comércio); evitando-se locais exclusivamente residenciais pouco movimentados à noite.
14. Dotar de iluminação pública adequada os locais considerados perigosos e isolados (paradas de ônibus, trem, parques, praças, jardins, entre outros).
15. Podar sistemática e adequadamente as árvores, de forma a evitar que os locais sejam escuros e sombrios.
16. Incentivar projetos de geração de renda e construção de equipamentos sociais voltados à população, independente de sexo, garantindo a participação das

- mulheres na administração desses equipamentos, estimulando comércio e/ou prestação de serviços.
17. Incentivar projetos de cooperativas de mulheres, apoiando-os em termos técnicos e econômicos, oferecendo possibilidades de distribuição dos produtos finais.
 18. Organizar banco de dados sobre os munícipes, diferenciado por sexo, que possibilite a análise e acompanhamento das condições de vida de mulheres e de grupos étnicos, no Município.
 19. É importante lembrar, conforme recomendação do capítulo 24 da Agenda 21 Global, que a implementação eficaz dos programas, projetos, ações e atividades dependerá da participação ativa da mulher nas tomadas de decisões políticas e econômicas e será decisiva para que a Agenda 21 seja bem sucedida.

3. INFÂNCIA E JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Bases para a Ação

Estima-se que, aproximadamente, 38 % da população total do Município são compostos por crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 19 anos (IBGE, 1991 / SEMPLA, 1994). Boa parte destes quase 4 milhões de habitantes vive desprovida das mais elementares condições para que possam ser, um dia, adultos saudáveis e cidadãos em sua plenitude.

Os números alarmantes de homicídios e outros crimes entre a população jovem e o crescente número de crianças que vive nas ruas da cidade mostram que a estrutura familiar contemporânea não é capaz de dar abrigo, segurança, alimentação ,entre outros, a esse grupo populacional.

No dia a dia dos equipamentos públicos, constata-se que grande número de usuários, crianças e adolescentes, apresenta problemas de desnutrição, saúde, desequilíbrio psicológico e outros.

É fato amplamente conhecido que é insuficiente o número de programas atendendo crianças e jovens em período integral, com propostas sócio-educativas que ofereçam o necessário e adequado bem estar social.

Objetivos

1. Universalização do atendimento de crianças de 0 a 7 anos nos equipamentos educativos, esportivos, culturais e de saúde.
2. Promoção de ações necessárias ao atendimento integral das necessidades básicas das famílias de baixa renda.

3. Estabelecimento de ações visando eliminar as discriminações que atingem meninos e meninas de rua.
4. Implantação e aperfeiçoamento de programas voltados para a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes, que respeitem os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e de acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo.
5. Ampliação do número de educadores de rua, visando o desenvolvimento de ações sociais e educativa.
6. Criação de espaços alternativos de educação que atendam às necessidades de quem abandonou a escola pública.
7. Criação de projetos voltados à crianças e adolescentes em situação de rua visando o resgate da cidadania.
8. Atendimento da totalidade desta população em programas que atendam suas múltiplas necessidades: educação, esportes e lazer, saúde, profissionalização, cultura, adequado convívio familiar e outras, até o ano 2000.

Ações Propostas

1. Desenvolver ações interdisciplinares e intersetoriais visando dar atenção integral à criança e adolescente.
2. Definir, a curtíssimo prazo, mais verbas nas dotações orçamentárias dos Departamentos envolvidos.
3. Expandir e manter os programas voltados à crianças e adolescentes e para suas famílias.
4. Estabelecer as necessárias parcerias e patrocínios.
5. Intensificar as ações voltadas para os processos de formação, treinamento e reciclagem dos profissionais envolvidos com a infância e a adolescência.
6. Incorporar novas tecnologias que garantam a melhoria da qualidade dos programas de atendimento à infância e adolescência.
7. Definir programas voltados para crianças e adolescentes que vivem nas ruas. Buscar apoio e colaboração de escolas, instituições e outros que trabalhem com os menores de rua no sentido de estabelecer maior vínculo e facilidade de acesso a esse público.
8. Priorizar projetos voltados para o atendimento às famílias das crianças em situação de rua .
9. Capacitar educadores de rua e criar postos de atendimento para encaminhamento das crianças e adolescentes que encontram-se em situação de rua, aos serviços públicos de saúde, educação, família.

4. EDUCAÇÃO FORMAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Bases para a Ação

A globalização e a regionalização estão agravando no terceiro mundo o fenômeno da exclusão social, que se traduz pela perda de renda e do trabalho estável e formal, pela ruptura de laços sociais, assim como pelo bloqueio ao acesso às oportunidades que promovem a interação social. Portanto, o grande desafio está em buscar modelos de políticas públicas, associadas à participação da sociedade civil, que enfrentem o quadro de exclusão social em função das novas exigências da economia urbana globalizada.

A educação enquanto instrumento social de desenvolvimento das potencialidades do ser humano, se apresenta como uma estratégia eficaz no combate ao atual quadro de exclusão social. Consagrada na Constituição de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado, o direito só se torna efetivo se levar em conta a igualdade para o acesso e permanência na escola, como também a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias, entre outros.

Apesar das garantias constitucionais, o Brasil é um dos países com menor desempenho na área educacional, tendo 18 milhões de analfabetos com mais de 14 anos de idade. A previsão é de que no ano 2.000, para uma população estimada em 180 milhões de pessoas, 23 milhões ou 14 % ainda sejam analfabetos, dos quais mais da metade será de adultos. As principais causas do analfabetismo são: evasão e repetência escolar. Dados da UNICEF/IBGE, divulgados em 1990, mostram que esses índices cresceram respectivamente 24 % e 14 % no ensino fundamental entre 1979 e 1985. Em abril de 1992, apenas 20,2 % dos alunos que se matricularam na primeira série conseguiram chegar ao fim do curso, oito anos depois, sem repetir; 67,6 % dos matriculados abandonam a escola: 47,5% por evasão e 20,1 % por repetência.

Mais de 50 % dos trabalhadores brasileiros são analfabetos (ou seja, incapazes de ler e interpretar um manual de instruções), que somados às precárias condições atuais da educação pública, configuram então, alguns dos principais obstáculos à entrada do país em um novo ciclo de desenvolvimento.

Máquinas e robôs desempregam pessoas e exigem um novo tipo de força de trabalho. O trabalhador do futuro próximo precisará saber seu idioma e comunicar-se bem.

Objetivos

1. A Educação deverá caracterizar-se como foco irradiador na busca de alternativas para desencadear e apoiar o binômio Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável, enquanto pólo gestor e gerador de conhecimento, de experimentação pedagógica de disseminação e divulgação embasadas na práxis cotidiana.
2. A administração do processo educacional deverá resultar de um projeto político-pedagógico, construído coletivamente na interação

escola/comunidade, articulado com os movimentos populares comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

3. As oportunidades de acesso e retorno à escola deverão ser ampliadas oferecendo formas diversificadas de atendimento que se ajustem às características e à disponibilidade de adolescentes e adultos que estão engajados no mercado de trabalho.
4. Os jovens e adultos deverão ter a garantia de uma base comum de conhecimentos e habilidades, através de cursos voltados principalmente à profissionalização e de programas e oficinas que se ajustem às demandas decorrentes de um novo ciclo de desenvolvimento.
5. Capacitação profissional para o enfrentamento do mercado de trabalho, com a garantia da frequência no ensino formal, deverão ser asseguradas.

Ações Propostas

1. Promover a educação à distância. Criar canais locais de rádio e televisão, cujos conteúdos transmitidos tenham caráter formativo e informativo, auxiliando o espectador a ter maiores recursos para entender e intervir na realidade social em que está inserido. Esta iniciativa pode ser realizada pela interação entre o Poder Público e a iniciativa privada.
2. Promover a educação supletiva. A PMSP deve ampliar o número de cursos supletivos aproveitando a rede municipal de ensino cujas unidades estejam ociosas no período noturno. Os investimentos são baixos pois a infra estrutura já existe. Deve haver uma composição com o Estado, MEC ou com a iniciativa privada.
3. Promover a requalificação profissional. Devem ser ministrados cursos de curta duração, de cunho exclusivamente profissional que requalifique o trabalhador desempregado para novas demandas do mercado de trabalho. É uma maneira de evitar que o desempregado caia no mercado informal de trabalho. Essa iniciativa tem que ser feita pelo Poder Público ou conjugada com a iniciativa privada. Tem-se o Estado como aglutinador do projeto e as empresas como financiadoras.
4. Promover o ensino técnico profissionalizante. É uma das maneiras de formar a curto e médio prazos novos contingentes de mão-de-obra especializada de nível médio. Deve atender a dois tipos de clientela: tanto os desempregados como aqueles que ingressam no mercado de trabalho pela primeira vez. O Poder Público pode aproveitar experiências de outros órgãos como o SENAI e SENAC, montando com estes, parcerias.
5. Iniciativas como a criação e implantação de Centros de Capacitação e Treinamento da Secretaria Municipal de Educação, devem ser incrementadas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

5. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Bases para a Ação

Pode-se definir, por Política Pública, as diretrizes que o Poder Público e a sociedade organizada determinam a curto, médio e longo prazo, para a administração de questões de interesse social. O Estado é direcionado a solucionar e gerir, com a participação ativa dos cidadãos, ou em nome deles, as problemáticas coletivas, tradicionais e emergentes.

Na Conferência de Tbilisi (1977), a Educação Ambiental foi definida como uma das dimensões dadas ao conceito e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque multidisciplinar e da participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

O desenvolvimento das cidades industriais, especialmente das grandes metrópoles, atinge o meio ambiente e o homem urbano de forma pouco equilibrada e saudável. A degradação ambiental, a ausência de um planejamento que incorpore esta vertente e a alienação do cidadão frente ao espaço urbano, inviabilizam a melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto, as Políticas Públicas devem propor estratégias de Educação Ambiental que provoquem a conscientização e estimulem atitudes e valores que revertam ao máximo essa dinâmica, para que qualquer intervenção ambiental leve em consideração as conseqüências imediatas e futuras ao meio, aos homens e às relações meio x homem.

A Educação Ambiental, como elemento integrador e instrumento de cidadania, deve ser implementada em todas as ações do Município, para que se obtenha os resultados esperados, seja em áreas de preservação, de proteção, de produção, de habitação ou viárias. Sem o auxílio da Educação Ambiental, qualquer programa de Gestão ou Controle será fadado ao insucesso.

Objetivos

Gerais

1. Formação de cidadãos críticos, ativos e conscientes de seu papel na melhoria da qualidade de vida e da estrutura da sociedade, redimensionando valores e comportamentos face ao ambiente, em questões referentes à degradação física do meio (produção e destino de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, assoreamento, erosão, etc...) e adoção ou manutenção de hábitos saudáveis frente à utilização de águas, alimentos, condições higiênicas domiciliares e também, aqueles referentes ao saneamento do meio e uso dos equipamentos públicos.

Específicos

1. Sensibilização da população para as questões relacionadas à degradação da qualidade ambiental.
2. Estimulação da organização de grupos da sociedade, que lutem efetivamente e contribuam para a melhoria da qualidade ambiental.
3. Difusão do conhecimento dos aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais envolvidos na expansão da cidade e nas decorrentes alterações ambientais.
4. Favorecimento da compreensão dos ecossistemas e suas relações, bem como dos aspectos referentes à manutenção ou degradação da qualidade ambiental.
5. Promoção de um círculo de respeito e harmonia entre o homem e o meio ambiente, levando à reflexão e conscientização sobre a importância de criação e preservação de áreas verdes e de lazer.
6. Criação de mecanismos para formação de uma consciência coletiva, voltada para a necessidade de minimização dos impactos negativos advindos da implantação de edificações, construções e obras públicas, com colaboração efetiva por parte dos produtores e controle eficaz por parte da comunidade.
7. Promoção da reorientação e a articulação das diversas disciplinas e experiências educativas, no ensino regular, supletivo e profissionalizante, que facilitem a visão integrada do meio ambiente.
8. Demonstração das interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, com toda clareza, de modo a suscitar uma vinculação estreita entre os processos educativos e a realidade.
9. Estruturação das atividades dos equipamentos educativos em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade por meio de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora.

Ações Propostas

As ações e atividades já desenvolvidas deverão ser mantidas, ampliadas e consolidadas através das seguintes diretrizes:

1. Formular políticas e estratégias de atuação, dentro da área de planejamento ambiental.
2. Promover cursos, seminários, debates e outras atividades, junto às associações de moradores, conselhos de usuários de parques e equipamentos públicos e privados, dos sistemas de saúde, educação e lazer.
3. Promover debates sobre educação ambiental com educadores da Rede Municipal de Ensino, em uma abordagem multidisciplinar, visando formar multiplicadores.
4. Integrar as Secretarias Municipais no sentido de reforçar a cidadania de seus funcionários, proporcionando a reflexão conjunta sobre questões ambientais e o fortalecimento de trabalhos em desenvolvimento, assegurando sua continuidade.

5. Estabelecer ações de educação ambiental junto às comunidades envolvidas em grandes obras urbanas, como o Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias, e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale - PROCAV II, Programa Guarapiranga, Projeto Cingapura e qualquer outro que, para seu sucesso, necessite de colaboração ativa da população.
6. Instituir ações em Parques e Áreas Verdes, tratadas no capítulo sobre “Qualidade Ambiental”.
7. Expandir a rede de Centros de Educação Ambiental, implantando unidades regionalizadas segundo critérios de divisão do Município, por regionais ou distritos administrativos, que funcionem como espaços referenciais para a integração e reflexão das práticas em educação ambiental.
8. Fornecer subsídios aos educadores para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nas Unidades Escolares, Creches, Centros de Juventude e outros equipamentos educativos, utilizando a horticultura como recurso pedagógico.
9. Promover cursos, visando sensibilizar os educadores quanto à problemática do lixo, na ótica da questão ambiental urbana, no sentido de buscar soluções conjuntas que possam contribuir para minimizar o problema do lixo na cidade de São Paulo.
10. Incentivar e aprimorar os programas e projetos que têm como objetivo a melhoria das condições ambientais, através da arborização dos logradouros públicos, da ampliação da área verde da cidade e da produção e plantio de mudas de árvores frutíferas.
11. Incrementar os programas de atendimento ao escolar, proporcionando à comunidade, através dos equipamentos educativos, momentos de reflexão e discussão sobre temas relacionados com a saúde (DSTs, AIDS, drogas, distúrbios de aprendizagem, entre outros).

6. CULTURA E MEIO AMBIENTE

Bases para a Ação

Diversidade é a senha para entrar no mundo da ecologia. No plano da cultura proteger a diversidade significa valorizar o multiculturalismo. O desaparecimento de povos, línguas, formas específicas e insubstituíveis de conhecimento, confirma que amplos setores do mundo civilizado estão abandonando a ética da cultura, que é a ética da liberdade e da defesa da vida.

O compromisso com o multiculturalismo solidário é a principal resposta aos novos desafios da globalização e à entropia social e política do fim do século. A explosão demográfica, a urbanização desordenada, a volta ao tribalismo, o

terrorismo, a droga, o crescimento vertiginoso das desigualdades sociais e uma corrupção sem fronteiras são apenas alguns dos novos desafios.

Objetivos

Obtenção do equilíbrio entre as culturas da diversidade, presentes no contexto da cidade de São Paulo, e a cultura da globalização e mercado comum, resultante de bens e serviços culturais. Tornar os cidadãos de São Paulo cidadãos do mundo, sem que abandonem suas origens aldeãs. Para tanto, a Administração Pública deverá estar comprometida com a ética da liberdade e estimular as estratégias e ações abaixo descritas.

Ações Propostas

1. Desenvolver a capacitação crítica da população, proporcionando-lhe desde cursos básicos até encontros de pesquisa avançada.
2. Possibilitar à população amplo conhecimento da informação e garantir o acesso a ela, através da complementação dos acervos e da perfeita e atualizada informatização de toda a rede de Bibliotecas, conectada às mais importantes sedes do conhecimento (outras Bibliotecas nacionais e internacionais, Centros de Documentação, etc...).
 - Às bibliotecas da rede municipal competirá garantir a aquisição de conhecimento em todas as áreas. Em espaços adequados e através de um corpo suficiente e capacitado de profissionais, levar à população informações organizadas, para o livre pensar e agir cultural.
3. Incentivar em todos os níveis as criações e as manifestações artísticas, patrocinando aquelas produções ainda não inseridas no mercado, inovadoras ou sobre temas específicos.
4. Multiplicar os espaços e infra-estrutura destinados à realização de espetáculos.
5. Difundir o ensino artístico, ampliando o número de vagas nas escolas municipais específicas, criando projetos de música, dança e iniciação artística, suplementares dos cursos de todas as escolas municipais de educação infantil. Desenvolver sistematicamente workshops e oficinas nos espaços dos Centros Culturais e Casas de Cultura.
6. Preservar a memória artística e cultural da cidade e seus grupos, através de registros adequados, disponibilizando-os a pesquisadores e estudantes. Ampliar a pesquisa efetuada no Centro de Documentação do IDART (Centro Cultural São Paulo) e agilizar a informatização do seu acervo.
7. Preservar o patrimônio cultural da cidade, utilizando para isso os mecanismos já disponíveis (tombamento, inventários, etc...) e criando outros, incentivadores da ação cidadã da população (incentivos fiscais, autorização para investimento público na conservação de imóveis tombados, etc...).
8. Adequar e aperfeiçoar a legislação regente dos órgãos públicos de administração cultural, flexibilizando seus procedimentos burocráticos, sem perda dos controles exigíveis.
9. Estabelecer parcerias cada vez mais freqüentes e significativas com a iniciativa privada, para a obtenção dos recursos necessários à atuação cultural. A presença do Estado deverá assegurar a liberdade nas manifestações culturais e na criação intelectual, patrocinadas ou não. São Paulo deverá ser, como realidade, uma "cidade-refúgio".
10. Patrimônio Histórico. Na configuração da identidade cultural da cidade, desempenha papel preponderante.
 - Destacamos a existência de uma massa de população que se assenta sem criar vínculos perenes entre seus componentes, enquanto grupo social e mediante relações de produção cada vez menos estáveis.

À globalização de parte da economia, corresponde o crescimento da massa de população de excluídos com dificuldades crescentes de preservar e forjar a própria cultura; aumentando a ocorrência do crescimento da cidade de modo segregado.

As dimensões ambientais desses problemas incluem a generalizada forma insustentável de ocupação dos espaços urbanos e a diminuição dos espaços públicos da cidade, que não crescem proporcionalmente ao incremento populacional.

Coloca-se, enquanto objetivo da ação cultural, participar do processo de consolidação do reconhecimento da pluralidade cultural ou do multiculturalismo solidário, com o fortalecimento do sistema de referências identitárias da cidade.

- Pretende-se, portanto:
 - Concluir o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo - IGEPAC, que permite o reconhecimento e a sistematização dos suportes físicos da sua identidade cultural.
 - Para a conclusão do IGEPAC é necessário assegurar a qualidade, autonomia e permanência de um corpo de funcionários responsável, para tal trabalho, e transformá-lo em instrumento legal.
 - Preservar, restaurar e revitalizar os bens de interesse cultural.
 - Para a efetiva preservação, restauro e revitalização dos bens de interesse cultural, é necessário uma revisão das leis de incentivo e de punição; além do desenvolvimento de efetivo estímulo à participação da iniciativa privada no processo de preservação.
 - Garantir amplo acesso ao acervo histórico e cultural da cidade.
 - Para garantir o amplo acesso ao acervo histórico e cultural da cidade é preciso disponibilizar informações, de modo mais integrado, ao sistema de educação formal e ao sistema de informações urbanas, incluindo o mobiliário urbano.
 - Criar oportunidades de fazer com que emergjam as manifestações dos diferentes grupos sociais e culturais.
 - Para criar oportunidades de fazer com que emergjam as manifestações dos diferentes grupos sociais e culturais, é necessário desenvolver mecanismos voltados ao atendimento das demandas locais por esses serviços.
 - Identificar núcleos de vizinhança, no processo de planejamento, visando constituir centros de reunião, serviços públicos gestores de identidade cultural, nas sucessivas escalas gregárias.
 - Para que ocorra a identificação de núcleos de vizinhança no processo de planejamento, visando constituir centros de reunião, serviços públicos e identidade cultural, é necessário haver maior integração entre os diversos órgãos públicos que atuam localmente, entre estes e os que possibilitam os meios.

Políticas Culturais e Administração Cultural

O exame do papel futuro dos órgãos culturais deve considerar as transformações deste final de século e, presumivelmente, do início do próximo. Ocorrem em escala mundial e são características de uma sociedade pós-industrial. Incluem o aumento na importância de uma economia da cultura.

A expansão do consumo de bens simbólicos ocorre no contexto de transformações de caráter mais geral na produção, na base econômica. Observa-se um deslocamento de recursos e da capacidade de gerar empregos, do setor secundário (a indústria) para o terciário (os serviços). Daí falar-se em sociedade pós industrial. É como se houvesse fases ou etapas distintas da História: uma delas, a primeira revolução industrial, do início do século XIX; outra, uma segunda revolução industrial, do começo deste século; e uma terceira, contemporânea, em curso, com a expansão de setores que antes pareciam caudatários do desenvolvimento industrial, complementando-o, e que agora passam a ter um crescimento autônomo. Entre outros, as assim chamadas “indústrias” da comunicação (na verdade, empreendimentos que têm mais características de serviços que de indústria), e as atividades e empreendimentos ligados ao trinômio lazer-turismo-cultura.

O Brasil não escapa a essas transformações, ao contrário, aqui elas ocorrem de modo mais acelerado. Um exemplo é a mudança no perfil demográfico: nossa população, em poucas décadas, passou de predominantemente rural a urbana. E agora vai passando a metropolitana, com cada vez mais pessoas, proporcionalmente, vivendo nas grandes cidades e suas imediações. Nessas, a redução de postos de trabalho e oportunidades na indústria é compensada (espera-se) por seu aumento no setor de serviços.

1. Políticas Culturais Públicas: Objetivos e Papel do Administrador

- a. Em primeiro lugar, é preciso considerar a existência de mercados de trabalho que, cada vez mais, exigem, além da especialização, o domínio de um repertório determinado de conhecimentos, a informação ampla. As pessoas precisam ter capacidade para enfrentar adequadamente a maior complexidade, não só das exigências profissionais, mas do conjunto das relações sociais. Daí crescer o papel da administração cultural como sistema complementar do educacional; como ensino informal e extracurricular, para transmitir conhecimentos e outras modalidades de informação e formação da consciência, não contidas nas grades curriculares, por mais ricas que estas sejam. Paralelamente, como um dos aspectos dessa dimensão paradidática ou supradidática, a administração cultural atua como instância de defesa e valorização da diversidade cultural, corrigindo (sem adotar visões apocalípticas ou catastrofistas do tema) a tendência à massificação empobrecedora.
- b. As observações sobre economia da cultura e sua importância, feitas acima, mostram que a administração cultural está voltada para a infra estrutura. Não está errado salientar o caráter “superior” da cultura e nem mesmo dizer que a cultura é importante porque trata das coisas do “espírito”. No entanto, tratar a

administração cultural, exclusivamente desse modo, significa relegá-la à superestrutura, como um complemento elevado, meio etéreo, dos demais campos da administração. Uma visão moderna não nega esse caráter superior da produção cultural, reafirmando valores pelos quais ela deve se pautar. Continua a considerá-la fator constitutivo da formação humanística. Complementa-a, contudo, com um enfoque pragmático, examinando a associação entre desenvolvimento cultural e desenvolvimento econômico, detendo-se em questões como a do fortalecimento de mercados de trabalho e, conseqüentemente, dos diversos empreendimentos culturais, através do investimento público.

- c. Nessa ótica, fica patente a modernidade e o efetivo interesse de iniciativas, como a recente legislação brasileira, estimulando o investimento privado em produções cinematográficas, assim como as demais leis de benefícios fiscais em favor da cultura. Seu saldo é positivo, não só por causa dos resultados, dos espetáculos e obras resultantes, mas por sua contribuição para fortalecer mercados de trabalho, especialmente (como é o caso de cinema e teatro), de quadros técnicos de alta especialização, demandando formação complexa.
- d. Adquire caráter prioritário, igualmente, a pesquisa, a obtenção de estatísticas culturais, a quantificação de públicos e de equipamentos, a verificação de demandas culturais, dando uma fundamentação mais sólida para o investimento público ou privado; assim como o trabalho voltado para a formação de pessoal (tanto para o aprimoramento de artistas e técnicos em todas as modalidades da produção cultural, quanto dos profissionais da administração cultural) procurando organizar e sistematizar esse campo, sem impor cartilhas rígidas e burocratizantes.
- e. Finalmente, é necessário dar atenção às reformas administrativas que acompanharão essas mudanças. Algumas delas já deveriam estar em curso. É o caso da institucionalização dos órgãos culturais públicos, descentralizando-os, conferindo-lhes maior autonomia administrativa e as conseqüentes condições de planejamento a longo prazo, e, em muitos casos, um funcionamento auto-sustentável. É igualmente indispensável a desburocratização, tornando mais ágil a atuação dos órgãos públicos. Essa desburocratização não acarreta, como pretendem alguns, uma privatização da coisa pública; ao contrário, o bom funcionamento de órgãos públicos só amplia sua capacidade de intervenção. Um exemplo positivo (e combatido pela burocracia de orientação mais centralizadora) é o das leis culturais acima mencionadas. Contudo, ainda há muito a ser feito. É necessário, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), criar e institucionalizar procedimentos de licitação e contratação adequados à especificidade (e, especialmente, à diversidade) do campo da cultura. Ou seja, ampliar a noção de exceção cultural e aplicá-la à legislação.

7. PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DA SAÚDE HUMANA

A cada dia surgem novos conhecimentos referentes aos efeitos do meio ambiente sobre a saúde humana, seja pelas mudanças provocadas pelo homem ou pela própria natureza, seja pela poluição em suas mais diversas formas.

Os níveis de saúde da população dependem em muito das condições ambientais em que vive. Além da vulnerabilidade do organismo humano, agravada por fatores nutricionais, imunológicos e genéticos, as agressões, a que o homem se submete por causa da poluição ambiental são causas importantes de doenças e de agravos à sua saúde.

O acelerado processo de crescimento urbano é responsável por uma infinidade de alterações no meio ambiente que afetam diretamente a saúde da população, o que é peculiar em países de economia emergente, como o Brasil.

São Paulo, 3ª metrópole do mundo, engloba características de 1º e 3º mundos, onde os problemas de saúde apresentados pela população, mesclam-se entre os tipicamente definidos como de países subdesenvolvidos, como também os definidos como característicos de países desenvolvidos.

Tais problemas podem ser evidenciados, apesar dos esforços envidados por meio de programas e ações de saúde, tanto da esfera pública como privada, pelos seguintes dados:

Município de São Paulo	
População	10.220.783 (SEMP/96)
Área	1.509 km ²
Densidade Demográfica	6.773 hab/km ²
Distritos Administrativos	96 (SAR/96)
Coeficiente de Mortalidade Geral	6,83 / 1000 hab
Coeficiente de Mortalidade Infantil	23,39 / 1000 nascidos vivos

Fonte: SEADE, 1994.

Mortalidade: Cinco Primeiras Causas	Nº de Óbitos
1. Doenças do Aparelho Circulatório	20.029
2. Neoplasias	9.840
3. Causas Externas	9.306
4. Doenças do Aparelho Respiratório	8.271
5. Doenças Gland. End., Metab., Nutric., Trans. Imunit.	5.407

Fonte: PROAIM, 1995; SMS/ASPLAN-PLAN.

Morbidade: Cinco Primeiras Causas		
Ambulatorial	Urgência/Emergência	Internação
Doenças Apar. Resp.	Doenças Apar. Resp.	Assist. Parto normal
Gravidez Normal (acompanha/o)	Hipertensão Art.	Abortamento
Superv. Saúde da Criança	Causas Mal Def.	Broncopneumonias
Hipertensão	Gastroenterocolite	Causas Externas
Helminíase	Dor Abdominal A / Escl.	

Fonte: SMS. ASPLAN. PLAN. Pesquisa da Morbidade: 1º Trimestre de 1994. Bol. 106, set. 94.

Bases para a Ação

“As propostas da Agenda 21 focalizam o atendimento das necessidades básicas de saúde, o controle das doenças transmissíveis, os problemas de saúde urbana, a redução dos riscos para a saúde provocados pela poluição ambiental e a proteção dos grupos vulneráveis (crianças, mulheres, povos nativos e os muito pobres). Educação, habitação e obras públicas devem ser parte de uma estratégia global para alcançar a meta de saúde para todos no ano 2000”.

A saúde é um direito social essencial, inalienável, indivisível e de interesse comum.

A Constituição Federal estabelece no seu Artigo 196 que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução de risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação”.

Os Artigos 198 e 200 indicam que estas ações e serviços integram uma rede regionalizada constituindo um sistema único, descentralizado, hierarquizado, com atendimento integral à saúde e participação da comunidade e da iniciativa privada, tendo como competências, entre outras, a proteção ao meio ambiente, incluindo a do trabalho; executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica; fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e água; entre outros.

O perfil epidemiológico global do Município de São Paulo é complexo, devendo ser considerados, para o planejamento e organização dos serviços e ações de saúde, os perfis loco-regionais, conforme dados do Plano Municipal de Saúde.

No Município de São Paulo, apesar dos esforços desta e outras administrações, em relação à Secretaria Municipal da Saúde, alguns pontos merecem consideração:

1. Ineficiência do Sistema de Saúde Pública. Principais aspectos que levam a esta situação:
 - Financiamento inadequado, gerando principalmente:
 - falta de recursos materiais,
 - falta de manutenção;
 - Ausência de política salarial:
 - leva à desmotivação ou à falta de recurso humano;
 - Dificuldades gerenciais

Consequência dos aspectos acima apontados, traduzidas pelo sucateamento e ineficácia, responsáveis pela baixa resolutividade dos serviços de saúde, o que causa, o deslocamento da população pela cidade em busca de recursos para suas necessidades de saúde.
2. Programas. Merecem atenção especial pela importância a manutenção, ampliação e consolidação, os programas a seguir relacionados, não só para os grupos vulneráveis citados, mas de toda a população em geral, já implantados e executados no Município de São Paulo pela SMS, que visam a saúde integral do indivíduo e da coletividade, através de ações que levem a maior

cobertura vacinal; redução dos coeficientes de mortalidade materno-infantil; sensibilização da população para as alterações da saúde relacionando o binômio Meio Ambiente e Saúde, entre outros.

- Deficientes

Elevado número de pessoas portadoras de necessidades especiais, aliado ao desinteresse da sociedade na problemática da pessoa portadora de deficiência. As ações de saúde apresentam-se insuficientes e incompletas não atendendo integralmente às necessidades da pessoa portadora de deficiência. Em decorrência, ocorre uma queda na qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência que, por limitações de movimentação ou de expressão, tem a sua participação social restrita.

- Prevenção e Combate as Drogas

Importantes estudos epidemiológicos fornecem informações significativas sobre a prevalência do abuso e dependência do álcool e sobre as percentagens relativas ao uso de drogas por escolares no nosso meio, o que representa uma forte ameaça ao desenvolvimento das futuras gerações.

- DST/AIDS

O Brasil ocupa lugar de destaque entre os países com maior número de casos notificados de AIDS, com a epidemia sem evidências de controle. No momento, no Município de São Paulo este quadro é particularmente mais grave, onde concentram-se mais de 30% dos casos notificados no Brasil.

- Saúde Bucal

Elevado número de cáries dentárias em crianças, comprometendo a dentição da população nas demais fases da vida. Também podem ser apontadas como responsáveis pela baixa qualidade de saúde bucal apresentada pela população, a inexistência de hábitos de higienização bucal e a falta de assistência odontológica.

- Saúde da Mulher

Em relação à mulher, são apontados como problemas mais sérios, a elevada incidência de casos de violência sexual, fato relacionado diretamente a fatores culturais e à criminalidade crescente da grande metrópole. Quanto à assistência, aponta-se o elevado índice de mortalidade materna, o que decorre das condições deficitárias em que se desenvolvem os programas de pré-natal, até a assistência ao parto.

- Criança

Coeficiente de mortalidade infantil elevado, em determinadas regiões do Município de São Paulo. Alimentação infantil deficitária, nas regiões da periferia do Município, onde constata-se um acentuado número de casos de subnutrição.

- Adolescentes

Prevenção à gravidez na adolescência, ao uso de drogas e à marginalização de adolescentes.

- Terceira Idade

Pirâmide etária do Município apresentando tendências de inversão, onde a quantidade de jovens passa a ser inferior à quantidade de idosos. Essa nova tendência encontra o despreparo da sociedade e dos serviços públicos que,

até então enfatizavam as ações voltadas para a população jovem. Em consequência, apontamos a ausência de programas específicos dirigidos à terceira idade, bem como o pequeno número de profissionais dedicados ao desenvolvimento de atividades físicas para esta faixa da população, bem como o reduzido quadro de profissionais da área de saúde, especializados no atendimento aos idosos. Em adição, considerando que a população idosa acima dos 60 anos apresenta, além das características de envelhecimento, a diminuição de mecanismos de defesa que se somam à desproteção vacinal, observamos o aumento, de maneira trágica, da morbidade e mortalidade infecciosa, muitas vezes evitáveis nesta faixa etária.

- Doenças Crônico-Degenerativas
Ineficiência da Administração da Saúde Pública em relação à detecção de doenças do metabolismo (diabetes) e do sistema cardiovascular.
 - Violência
Em relação à mulher, são apontados como problemas mais sérios, a elevada incidência de casos de violência sexual, fato relacionado diretamente a fatores culturais e à criminalidade crescente da grande metrópole. Quanto à assistência, aponta-se o elevado índice de mortalidade materna, o que decorre das condições deficitárias em que se desenvolvem os programas de pré-natal, até a assistência ao parto.
Fato que merece destaque, ainda em relação à saúde da mulher, é o desconhecimento de grande parte da população, dos métodos contraceptivos.
 - Nutrição
Ênfase especial à infância e à maternidade.
 - Saúde Ocupacional
Atenção aos agravos decorrentes das condições de trabalho insalubres e prevenção, cuidando da melhoria do meio ambiente.
 - Outros
Demais programas existentes ou a serem criados.
3. Integração efetiva com secretarias afins: educação, esporte, cultura, verde e meio ambiente, para complementação e fortalecimento dos programas.
 4. Sistemas de Vigilância à Saúde. Há necessidade de estarem organizados e serem eficazes com priorização às ações de saneamento básico, controle de vetores e do abastecimento de alimentos.
 5. Despreparo do profissional de saúde em prevenção/controle e assistência a agravos à saúde relacionados à poluição e modificações ambientais, e falta de coordenação das ações de vigilância epidemiológica, em especial na vigilância ambiental, no sentido de se evitar que os problemas ambientais, como poluição do ar, água e solo afetem a população, principalmente relacionados à:
 - doenças infectocontagiosas,
 - doenças do aparelho respiratório.

Também é imprescindível ser considerada a uniformidade, adequação e compatibilização das divisões administrativas, estatais, no Município de São Paulo, bem como divulgá-las amplamente junto à população para efetiva participação desta e da iniciativa privada, a fim de que gerem a possibilidade das

instituições tornarem-se públicas e não estatais, e que as suas ações de saúde sejam eficazes, eficientes e efetivamente igualitárias.

Objetivos

1. Garantia da manutenção das políticas sociais e econômicas visando acesso universal e igualitário aos serviços e ações integrais de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde.
2. Integração intra e inter secretarial em projetos e programas voltados à população em geral e em particular aos grupos vulneráveis, participação da comunidade, levando em conta o perfil epidemiológico loco-regional.
3. Manutenção, desenvolvimento e ampliação dos programas para a população em geral e grupos vulneráveis e, dos sistemas de vigilância, visando tanto o controle, a fiscalização e garantias de qualidade, como a cobertura vacinal (quer para a população em geral, como para os grupos vulneráveis).
4. Preparação dos profissionais de saúde quanto ao aspecto de saúde ambiental no reconhecimento dos agravos à saúde relacionados às alterações do meio ambiente.
5. Implementação e desenvolvimento de ações educativas ambientais, pela equipe de saúde junto às populações, usuária e funcionária, com a finalidade de conscientização e formação de multiplicadores destas ações.
6. Eliminação, diminuição e prevenção destes riscos e agravos do indivíduo e da coletividade, através de ações de saneamento ambiental, com fiscalização e controle sobre o meio ambiente e os fatores que interferem na sua qualidade, abrangendo o ambiente de trabalho, habitação e lazer.
7. Uniformização, adequação e compatibilização das divisões administrativas estatais, para facilitar a co-participação da sociedade civil organizada, possibilitando gerar futuramente instituições públicas efetivas.

Ações Propostas

Tendo em vista as bases para a ação agrupamos as ações propostas, conforme os objetivos elencados:

1. Políticas Sociais e Econômicas
Com a finalidade de promover melhorias no sistema de financiamento e no gerenciamento do sistema de saúde atuais:
 - Otimizar o financiamento do Sistema Municipal de Saúde.
 - Buscar integração, como forma de garantir eficácia e eficiência, nos programas de Saúde atuais e em outros a serem implantados.
 - Modernizar o sistema de gerenciamento dos serviços de saúde, garantindo acesso universal e igualitário às ações integrais de saúde.

- Buscar e facilitar a participação da comunidade nas instituições públicas, através das representações organizadas da sociedade civil, estimulando a formação de conselhos.
2. Integração Intra/Inter-Secretarial
- Uniformizar, adequar e compatibilizar as divisões administrativas do Município.
 - Inserir nos programas de todas as Secretarias, que prestam atendimento direto à população em geral, atividades de atenção à terceira idade e portadores de deficiência, além das atividades dos demais programas da S.M.S.
 - Formar na Secretaria de Esportes, grupos comunitários, com fins específicos: “ginástica para cardíacos”, programa de “asma brônquica”, “ginástica corretiva”, “exercício na terceira idade” e “esporte para deficientes”.
 - Garantir o intercâmbio entre as atividades das Secretarias da Saúde, Educação, Esportes, Família e Bem Estar Social, Cultura e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.
 - Realizar o diagnóstico ágil das DST/AIDS, através da criação e melhoria dos serviços de laboratório e da capacitação dos profissionais.
3. Programas de Saúde para a População em Geral e Grupos Vulneráveis
- Promover ações voltadas tanto para o aspecto curativo, quanto preventivo, com ênfase às vigilâncias sanitária e epidemiológica.
 - Promover ações que visem a implantação de novos programas, face aos levantamentos epidemiológicos e incidência loco-regionais, tendo por base a hierarquização e integralidade daquelas, contemplando os níveis primário, secundário e terciário de saúde, bem como ações de reabilitação física, social e profissional.
 - Promover com as mesmas intenções acima, ações que visem aprimorar os programas já implantados, dos quais citamos:
 - Incentivos ao programa de ações coletivas de saúde bucal, auditiva, visual.
 - Criação em todos os centros de convivência de FABES, de condições para desenvolver programas voltados para a terceira idade.
 - Criação, em região central do Município de São Paulo, de um Centro de Referência e Treinamento em Farmacodependência, e mais nove Unidades Regionais de Referência nas Administrações Regionais de Saúde - ARSs, até o ano 2000. Treinamento multiprofissional em farmacodependência aos profissionais de saúde que prestam atendimento aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas até o ano 2000. Criação e desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas, junto a comunidade em geral, instituições e outras secretarias.
 - Atenção às DST/AIDS através de:
 - Enfrentar o preconceito e a desinformação da sociedade em relação às questões envolvendo as DST/AIDS.
 - Realizar o diagnóstico ágil das DST/AIDS, através da criação e melhoria dos serviços de laboratório e da capacitação dos profissionais.

- Ampliar os Centros de Orientação e Aconselhamento em DST/AIDS, com o objetivo de oferecer à comunidade: acesso gratuito ao diagnóstico da infecção pelo HIV, orientação e aconselhamento à população em geral sobre AIDS, formas de transmissão e meios de prevenção, trabalhos de orientação e aconselhamento em DST/AIDS voltados a grupos de comportamento de risco, inserindo-os em trabalhos preventivos e curativos na rede de atendimento.
- Ampliar a assistência domiciliar terapêutica para doentes de AIDS:
 - Efetuar a prevenção e educação em DST/AIDS.
 - Criar módulos móveis de ação/prevenção/educação em ônibus adaptados, levando informações sobre as DST/AIDS associadas às intervenções na área de saúde preventiva, denominado Projeto “A Saúde Pede Carona”.
 - Elaborar material e campanhas educativas em DST/AIDS.
 - Manter a implantação de Hospitais-Dia para atendimento das DST/AIDS nas quatorze áreas da cidade.
 - Ampliar o número de leitos hospitalares para as DST/AIDS.
- Saúde da mulher:
 - Investir no programa de planejamento familiar e pré-natal.
 - Estimular campanhas educativas de conscientização para prevenção do câncer ginecológico.
 - Estimular o desenvolvimento da vigilância nutricional ativa para crianças e gestantes.
 - Implantar o Programa de Assistência ao Climatério, dentro dos serviços de atenção à mulher, bem como garantir o acesso da população aos programas de Planejamento Familiar.
 - Prestar assistência à mulher vítima de violência sexual.
- Saúde da criança e adolescente:
 - Implantar programas de educação em saúde para crianças e adolescentes.
 - Estimular o desenvolvimento da vigilância nutricional ativa para crianças e gestantes.
 - Implantar as Escolas-Adolescentes.
 - Dar atenção especial à adolescente gestante.
 - Dar atenção especial ao adolescente com DST/AIDS.
 - Implementar o DRI tendo em vista a alta morbi-mortalidade por esta causa e sua relação com alterações do meio ambiente.
- Terceira idade:
 - Organizar e implementar campanhas de divulgação de programas utilizando os recursos da mídia, chamando a atenção para a necessidade de participação da pessoa deficiente.
 - Inserir nos programas de todas as secretarias que prestam atendimento direto à população, atividades de atenção à terceira idade e aos portadores de deficiência.

- Realizar acordos de cooperação internacional para a obtenção de vacinas necessárias ao atendimento da população idosa.
- Programa de Nutrição:
 - Fortalecer os programas de prevenção com ênfase especial em uma nutrição adequada e equilibrada.
 - Intensificar as ações que visem melhorar a produção, a qualidade e o aproveitamento do alimento consumido no Município.
 - Informar, orientar e educar o consumidor sobre assuntos relacionados a alimentos.
 - Empreender ações educativas para a utilização de recursos alternativos nutricionais e dietas específicas para grupos de risco.
- Doenças crônico-degenerativas:
 - Estimular os grupos de ajuda mútua e auto-ajuda, para as patologias crônicas, como forma de envolver o cidadão no seu próprio processo de recuperação.
- Outros:
 - Dar atenção ao combate à violência e suas causas, considerando-se a elevada morbi-mortalidade, particularmente na faixa etária dos adolescentes, desenvolvendo campanhas educativas para conscientização e prevenção da população.
 - Controlar a qualidade através do sangue por meio de mapa de risco.
- Sistemas de Vigilância
 - Epidemiológica:
 - Manter a vigilância epidemiológica de doenças como AIDS, DST, sífilis congênita e de todas as outras doenças de notificação compulsória.
 - Propor a reformulação de normas técnicas para controle das doenças de notificação compulsória.
 - Manter a investigação epidemiológica de casos.
 - Manter a avaliação periódica da cobertura vacinal da população.
 - Manter a organização das atividades do Programa de Controle da Tuberculose - PCT, nas unidades municipais, com definições de atribuições nos diferentes níveis.
 - Manter o treinamento para diagnóstico clínico e laboratorial e vigilância para as meningites meningocócicas, bem como estabelecer a rede hospitalar de referência.
 - Ampliar o arsenal de vacinas, com ênfase em especial à hepatite B, meningite, haemophylus e outras.
 - Aproveitar os estudos existentes sobre o alto índice de homicídios, principalmente entre crianças e adolescentes, para constituir diretrizes e orientar programas.
 - Sanitária:
 - Ampliar a divulgação do serviço de Doenças Veiculadas por Alimentos - D.V.A., da SEMAB, atingindo ao público, órgãos públicos e privados, e as Organizações Não Governamentais - ONGs.

- Compilar, cadastrar, organizar e informatizar dados relativos a produtos e serviços de alimentos, viabilizando os estudos epidemiológicos da área, bem como a execução de ações de controle.
 - Promover vigilância dos pontos de poluição do ar, água e solo.
4. Formação de Profissional de Saúde Ambiental
Manter convênio permanente com universidades para realização de cursos regulares para profissionais da saúde, envolvidos em meio ambiente.
5. Uniformidade Administrativa e Participação Comunitária
Ações que visem a cidadania como:
- Estimular a participação das organizações da sociedade nos equipamentos próprios de saúde.
 - Divulgar dados que relacionem saúde e meio ambiente para fomentar discussões e propostas conjuntas entre estado e sociedade.
 - Adequar as divisões administrativas, com a finalidade de facilitar tanto a participação da comunidade como da participação de outros instrumentos governamentais, de modo uniforme e contínuo.

